



DG 016/2025



Rio de Janeiro, 28 de maio de 2025

À Presidência da República do Brasil - Luiz Inácio Lula da Silva
Ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Geraldo Jose Rodrigues Alckmin Filho
Ao Ministério as Relações Institucionais - Gleisi Hoffmann
Ao Ministério das Relações Exteriores - Mauro Vieira
Ao Ministério de Minas e Energia - Alexandre Silveira de Oliveira

Assunto: Suspensão de Suprimentos Energéticos a Israel

Excelentíssimo Senhores,

Nos dirigimos a Vossas Excelências para expressar, em nome das federações que representam a categoria de trabalhadores e trabalhadoras do petróleo, gás e biocombustíveis, nosso agradecimento pelo posicionamento que o Governo Brasileiro tem demonstrado em relação ao povo palestino. A postura de apoio ao cumprimento do Direito Internacional é, sem dúvida, um reflexo da tradição diplomática do Brasil e do seu compromisso com a manutenção da paz no cenário global, especialmente em um momento em que os órgãos do Direito Internacional estão sendo atacados.

As ações de Israel foram descritas pelo Presidente Lula como uma situação semelhante ao que aconteceu nos campos de concentração nazistas e como um genocídio, reconhecimento fundamental. Entretanto, acreditamos que, além das declarações públicas e do apoio político às resoluções das Nações Unidas, **é essencial que o Brasil adote medidas práticas mais eficazes e robustas em conformidade com as obrigações internacionais emanadas das decisões da Corte Internacional de Justiça e da Assembleia Geral das Nações Unidas, considerando os acordos militares ainda vigentes do Brasil com Israel.**

Em 17 de março de 2025, Israel desencadeou um ataque maciço contra os palestinos em Gaza, matando pelo menos 400 pessoas, incluindo mais de 220 crianças, violando o cessar-fogo mais uma vez. Mesmo antes desse ataque, Israel já havia matado mais de 150 palestinos durante o cessar-fogo e violado a lei internacional ao cortar toda a ajuda humanitária e eletricidade. A situação catastrófica em Gaza se agrava a medida em que o gabinete de guerra de Israel ratificou um plano para uma nova invasão da Faixa, descrita como uma “conquista” do território, cujo resultado pretendido é a expulsão de 2,4 milhões de palestinos e a ocupação sionista permanente do território. Além disso,

desde janeiro, as forças de ocupação israelenses e os colonos têm intensificado a anexação da Cisjordânia, com o aumento das incursões militares, prisões em massa, restrições rigorosas de movimento e ataques violentos de colonos sob a proteção das forças de ocupação israelenses.

Diversos especialistas jurídicos alertaram que a transferência de produtos de uso dual, como o petróleo, que pode ser usado em veículos militares coloniais (tanques, APCs, jipes militares e aeronaves), torna os Estados cúmplices de genocídio ao fornecer apoio material ao Estado perpetrador. Uma análise recente de um especialista jurídico afirma a obrigação de acabar com o fornecimento de energia a Israel em conformidade com a Convenção sobre Genocídio. A colonização perpetrada por Israel é alimentada por petróleo e carvão, que abastecem sua rede elétrica, sua indústria de armas, sua infraestrutura de IA e seus veículos militares. A venda de gás canaliza bilhões para a economia israelense, permitindo que ela continue suas campanhas genocidas.

Em resposta a campanhas globais semelhantes lideradas por palestinos e outros, o governo colombiano interrompeu a transferência de carvão para Israel - aproximadamente 70% de seu uso - e ativistas no Mediterrâneo se mobilizaram em torno da demanda *#BlockTheBoat* e *No Harbour to Genocide*. Outras mobilizações pedindo um embargo de energia continuam na Grã-Bretanha, na África do Sul, na Turquia, nos Estados Unidos, no Brasil e em outros lugares.

Dados oficiais da Agência Nacional do Petróleo apontam que 1.969.485 barris de petróleo foram exportados para Israel em 2023, conjurando 0,34% do total de exportações brasileiras no mesmo ano. Segundo dados do próprio *ComexStat*, somente em 2024, durante o genocídio em Gaza, o Brasil exportou o equivalente a US\$215.890.164,00 de petróleo bruto a Israel, equivalentes a 2,7 milhões de barris, aproximadamente 3,3% do consumo anual de petróleo do país.

Já uma pesquisa encomendada pela organização sem fins lucrativos *Oil Change International* revela que o Brasil foi responsável por 9% do total de petróleo bruto fornecido a Israel entre outubro de 2023 e julho de 2024. Os pesquisadores analisaram registros de remessa, imagens de satélite e outros dados de código aberto do setor para rastrear 65 remessas de petróleo e combustível para Israel entre 21 de outubro de 2023 e 12 de julho de 2024, **apesar da decisão da CIJ de que os Estados têm a obrigação de prevenir o genocídio e de respeitar e garantir o respeito às Convenções de Genebra.**

O ponto é: o Brasil forneceu para Israel o petróleo bruto e refinado para

operar sua frota de caças, tanques e outros veículos e operações militares, bem como as escavadeiras que atuam destruindo a infraestrutura nos campos de refugiados e cidades da Cisjordânia ocupada.

Hoje, é evidente a necessidade urgente de um embargo global total de energia e armas para frear o genocídio, e dismantelar o apartheid e a ocupação ilegal por Israel. Exigir a responsabilização por crimes de guerra e impor sanções não apenas como um dever moral, mas também como **responsabilidade legal de todos os Estados**. As sanções e o fim da cumplicidade com Israel foram aprovados por uma maioria global de 124 estados na Assembleia Geral da ONU, incluindo o Brasil e rearmados pela Corte Internacional de Justiça em 2024.

Neste momento, estamos diante de um cenário internacional preocupante em que o Direito Internacional está sendo minado. O Brasil acertadamente se uniu ao grupo de mais de 80 países para repudiar as sanções adotadas pelo presidente estadunidense Donald Trump contra o Tribunal Penal Internacional. Precisamos continuar indo além para defender os órgãos internacionais como o TPI e a CIJ.

Portanto, conclamamos o Governo Brasileiro a continuar do lado certo da História e reafirmar seu compromisso com o Direito Internacional, respeitando os pareceres consultivos da Corte Internacional de Justiça, impondo um embargo energético interrompendo a exportação de petróleo para Israel, e a paralisação imediata de projetos com empresas de energia israelenses.

Expressamos nosso total apoio às declarações do governo brasileiro e solicitamos a adoção de medidas imediatas, incluindo o comprometimento em suspender a venda e/ou o transporte de suprimentos energéticos a Israel, inclusive àquelas empresas que possam revendê-los ao país.

Respeitosamente,

Deyvid Bacelar
Coordenador Geral
FUP – Direção Colegiada

Adaedson Costa
Secretaria Geral - FNP